



2026

Lula reúne PT e pede que partido dê prioridade a alianças competitivas

— Em reunião com ministros e líderes, presidente diz que sigla e aliados precisam eleger maioria no Senado; pesquisas mostram bolsonaristas mais bem posicionados na disputa

VERA ROSA
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou maturidade política de ministros do PT para que projetos pessoais sejam deixados de lado em nome da formação de alianças eleitorais competitivas, em 2026. Em reunião realizada na noite de anteontem, no Palácio da Alvorada, Lula disse que o PT e seus aliados precisam eleger maioria no Senado, no ano que vem, se não quiserem que a Casa de Salão Azul seja controlada por discípulos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Lula convidou ministros, líderes do PT no Congresso e o novo presidente do partido, Edinho Silva, para uma conversa reservada, com o objetivo de discutir as estratégias do governo na Câmara e no Senado e as eleições do ano que vem. Em 2026, o Senado vai renovar 54 de suas 81 cadeiras e pesquisas mostram que aliados de Bolsonaro aparecem mais bem posicionados no jogo.

O cenário atormenta o Palácio do Planalto. Ministros que estavam na reunião interpretaram as afirmações de Lula sobre a necessidade de montar chapas competitivas na disputa pelo Senado como um recado para o titular da Fazenda, Fernando Haddad. Candidato a um novo mandato, o presidente precisa de palanques fortes, sobretudo em São Paulo,



Presidente Lula durante agenda em Contagem, em Minas, ontem

Com tom nacionalista, governo inicia nova campanha publicitária

O governo Lula vai divulgar, nos próximos dias, uma campanha publicitária que tem como conceito a ideia de “Brasil Soberano”, mensagem que também será o lema da cerimônia do 7 de Setembro.

Na Semana da Pátria, e na esteira do tarifado de 50% imposto aos produtos brasileiros pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o filme da nova campanha dirá que “a gente não vai abaixar a cabeça para quem ameaça a nossa soberania”.

Com o novo slogan do governo na praça – “Do lado do povo brasileiro” –, a peça terá tom nacionalista. Esta pretende ser a marca da segunda metade da gestão Lula e do discurso que embalará a disputa eleitoral, em 2026.

“A gente não vai deixar de usar o Pix. O Pix é nosso. É de graça. Está do lado de todo brasileiro. A gente não vai sossegar vendo você pagar mais impostos do que os super-ricos. A gente não vai deixar que a fome volte a assombrar”, diz o texto que vai ao ar na semana em que o ex-presidente Jair Bolsonaro começa a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal. ● v.r.

Minas Gerais e Rio de Janeiro, os maiores colégios eleitorais.

SAÍDA. Até agora, Haddad não planeja deixar o cargo para ser candidato. Pelas contas do governo, aproximadamente 20 dos 38 ministros devem sair em abril do ano que vem para tentar uma vaga no Congresso e até em governos estaduais.

Ao falar sobre o momento político, Lula não previu surpresas no julgamento de Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que começa na próxima terça-feira. A expectativa é de que ele seja condenado por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito.

A reunião com ministros e líderes do PT no Alvorada ocorreu depois de uma rodada de encontros do presidente com representantes de outros partidos que compõem o governo. Nas últimas semanas, Lula recebeu ministros e dirigentes do Republicanos, União Brasil, PSD, MDB e PSB.

Na conversa com petistas, Lula avisou que continuará a cobrar fidelidade de seus aliados, como fez na reunião ministerial da última terça-feira, quando mostrou indignação com o fato de ministros do PP e do União Brasil não defenderem o governo das críticas.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), engrossou o coro dos que deram estocadas no Planalto naquela ocasião. Tarcísio

tem sido apontado pelo Centrao como possível adversário de Lula nas eleições de 2026. Na reunião ministerial desta semana, em clima de campanha, o presidente disse acreditar que o governador será seu oponente no ano que vem.

OPERAÇÃO. Durante o encontro no Alvorada, Lula elogiou a operação da Polícia Federal – batizada de Carbono Oculto – que anteontem desmantelou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro em postos de

Esplanada
Governo calcula que aproximadamente 20 dos 38 ministros devem sair para concorrer em 2026

combustíveis, com o uso de fin-techs. O governo avalia que o resultado do trabalho conjunto vai impulsionar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança, parada no Congresso.

A preocupação de Lula, agora, é com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) aberta para investigar os desvios de aposentadorias do INSS. O presidente até hoje não se conforma com o fato de o governo ter perdido a presidência e a relatoria do colegiado. Para Lula, o Planalto só levou essa rasteira porque os articuladores políticos do PT dormiram no ponto. ●

Debate eleitoral deve se deslocar para classe média

CENÁRIO

SILVIO CASCIONE

Não há indicação, até o momento, de que o valor do Bolsa Família será elevado em 2026, nem mesmo para compensar a inflação. O programa passou por profundas mudanças desde a pandemia. O valor mínimo triplicou, chegando aos atuais R\$

600, como parte da estratégia de Bolsonaro para ganhar o apoio de eleitores mais pobres. Ao mesmo tempo, critérios de distribuição foram flexibilizados, o que levou o programa a mais de 50 milhões de pessoas.

Por que o PT, prestes a entrar em um ano eleitoral, não aumenta o valor do Bolsa Família? Essa era aposta forte em grande parte do mercado, e a ideia chegou a ser citada em alas do partido. Isso, porém, é improvável e reflete um equilíbrio delicado

entre limitações fiscais, condições macroeconômicas mais favoráveis e o cálculo político sobre retornos eleitorais.

O arcabouço fiscal restringe a expansão de despesas e impõe metas de resultado primário. Num orçamento pressionado por programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), abrir espaço para reajustar o Bolsa Família significaria cortar outras rubricas ou arriscar descumprir o regime fiscal.

Há também o argumento de que o contexto social melhorou. A inflação de alimentos vem recuando. Embora a alta acumulada em 2025 seja relevante, a tendência é de contenção. Esse movimento alivia parte da pressão sobre o orça-

mento das famílias de baixa renda. Em paralelo, o Brasil voltou a sair do Mapa da Fome da ONU. Com indicadores sociais em recuperação e popularidade relativamente estável, a urgência por novos aumentos perdeu intensidade.

Outro fator é a relação custo-benefício político. Depois de ter consolidado o patamar de R\$ 600, qualquer acréscimo marginal tende a produzir pouco retorno eleitoral. Ao contrário, mexer nos valores pode gerar reações adversas: para os beneficiários, um aumento tímido poderia soar insuficiente; para quem não recebe, reforçaria a percepção de gasto excessivo, ou até injusto.

Esse cenário sugere que, em

2026, o debate eleitoral pode se deslocar do Bolsa Família para frentes mais voltadas à classe média, onde o governo já tem investido. Isenção do IR, qualidade do emprego e políticas de crédito devem ganhar destaque no discurso dos candidatos.

Independentemente de quem vencer as eleições, abre-se espaço para uma discussão mais estrutural sobre a política social. O desafio não é ampliar valores, mas tornar os programas mais eficazes no combate à pobreza e no desenvolvimento da base da economia de forma sustentável. O objetivo deveria ser, no mínimo, ter mais impacto com o mesmo orçamento. ●

DIRETOR DA CONSULTORIA EURASIA GROUP